

Disputas e resistências territoriais na construção de barragens no Paraná

Cezar Karpinski*
Marcos Montysuma**

Resumo: Nesta pesquisa procuramos discutir as diversas representações sociais de um território submetido à construção da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, no Rio Iguaçu - Região Oeste do Paraná, ocorrida entre os anos de 1993-1999. Primeiramente discutimos como ocorreu o mapeamento do espaço através do Estudo de Impacto Ambiental, problematizando a legitimação da viabilidade ambiental, econômica e social da obra. Sob esta ótica o espaço inundado se tornou um “território do desenvolvimento”. Tomando como referência a História Oral, abordaremos como a população da área se relacionou com o espaço manifestando suas representações referentes às terras inundadas pelo reservatório. Nesta incursão percebemos um “território” de lembranças, de valores e sentimentos ligados aos fatores ambientais que dão conta de um outro discurso, o das histórias de vida pautadas nas várias relações com o meio ambiente.

Palavras-chave: Hidrelétricas, História Oral, Estudo de Impacto Ambiental.

Abstrat: In this research we discussed the several social representations of a territory submitted to the construction of Hydroelectric Power Plant Salto Caxias, in the Iguaçu River – West and South West Regions of Paraná State, happened among the years of 1993-1999. Firstly we discussed as it happened to put on the map of the space through the Study of Environmental Impact, with the problematic statement of the environmental, economic and social viability of the construction. Under this optics the flooded space turned a “territory of the development”. Taking as reference the Oral History, we will approach as the population of the area linked with the space manifesting its referring representations to the lands flooded by the reservoir. In this incursion we realized a “territory” of memories, of values and feelings linked to the environmental factors that reveal others speeches, the one of the histories of life founded in the several relationships with the environment.

Key-words: Hydroelectric Power Plant, Oral History, Study of Environmental Impact.

Esta pesquisa procura compreender os significados de um território destinado à construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE). Dentre tantas já construídas no Estado do Paraná, escolhemos a UHE Salto Caxias, por se tratar de uma obra cujos discursos oficiais a destacam como “o primeiro projeto, no setor brasileiro de energia elétrica, construído através dos mais modernos padrões ambientais, passando por todos os estágios do processo de licenciamento de acordo com a legislação”. (COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, 2006) Desta

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História (UFSC) cezark@hotmail.com

** Professor de História Contemporânea na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mmontysuma@cfh.ufsc.br

forma, buscamos compreender as conseqüências e os significados desta *obediência* legal no trato com o meio ambiente e, por conseguinte, à população atingida.¹

As fontes utilizadas neste trabalho foram o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que é um segmento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA)² e algumas entrevistas de atingidos pela barragem em questão. A análise do EIA/RIMA nos possibilitou perceber como o órgão responsável pelo empreendimento olhou e interpretou o território que seria alagado. Acreditamos que o uso de EIA/RIMA como fonte histórica é pertinente no sentido de que reflete intenções e ações de um tempo específico. A escrita deste documento aliada às narrativas dos moradores que viveram nas regiões que seriam atingidas nos possibilitou interpretar e relacionar seu papel e importância dentro das políticas ambientais ligadas à construção de barragens no Brasil.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Salto Caxias, foi desenvolvido no início da década de 1990 e entregue em novembro de 1993 ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a quem cabia avaliar e, a partir desta avaliação, conceder ou não as licenças necessárias para implantação da obra. Todos os estudos prévios, bem como a redação dos documentos analisados, foram desenvolvidos por um consórcio projetista que englobou as seguintes empresas: Intertechne Consultores Associados S/C Ltda.; Leme Engenharia Ltda.; Engevix Engenharia S.A.; Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

Na seção cinco, o RIMA apresenta o que chamou de “diagnóstico ambiental” e começa a tratar as especificidades regionais da área que seria afetada pelo empreendimento. O olhar *produtivista*, lançado sobre as formas de utilização dos recursos naturais da região se materializam nas análises seguintes. Ao descrever especificamente o uso do solo da “área diretamente afetada” pela UHE Salto Caxias, as pastagens e a agricultura se destacam, segundo o RIMA, através das seguintes perspectivas:

Dentre as tipologias de uso do solo a serem inundadas, destacam-se as pastagens com 58,8 Km² de extensão, o equivalente a 54,4% de terras submersas. O uso pastoril é o mais atingido [...] A agricultura é a segunda tipologia e aparece com 30 Km² ou 27,8% da área de inundação [...] (INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO, 1993: p.5.5).

¹ A UHE Salto Caxias é um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL Geração), possui uma capacidade de 1.240 Mega Watts (MW) de potência e custou cerca de 1 bilhão de dólares. Foi inaugurada no dia 26 de março de 1999 e deve garantir, segundo o discurso da COPEL, o benefício da energia elétrica para mais de 4 milhões de pessoas até o ano de 2015. Com técnicas avançadas, os engenheiros conseguiram bloquear o Rio Iguaçu em pouco tempo e com a maior racionalização possível de seus recursos energéticos. A barragem fez emergir um lago de 131 km² que engoliu vilas, propriedades rurais, casas, lavouras, escolas, capelas e florestas. (KARPINSKI, 2007:pp.01-09)

² O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são documentos prévios e obrigatórios para todos os projetos que causem modificações de proporções significativas ao meio ambiente, o que se convencionou chamar de **impactos ambientais**. O conteúdo, a forma e as obrigações destes estudos foram estabelecidos pela Resolução 001/1986 do CONAMA disponível em <http://www.mma.gov.br>.

Por mais que o documento não faça relações a outras áreas agropastoris do Estado do Paraná, esses dados apontados pelo RIMA estão, implicitamente, relacionando o valor destas terras às de outras regiões paranaenses. Pois, num Estado que se destaca pela alta fertilidade das lavouras mecanizadas desde início da década de 1970, as regiões acidentadas não são valorizadas economicamente. Portanto, seguindo a lógica do RIMA, uma área contendo um reservatório que alimenta uma hidrelétrica, pode ser mais vantajosa financeiramente ao Estado do que uma área contendo pastagens; a mesma lógica se estende à análise relativa aos 30Km² de solo utilizado para agricultura, visto que a hidrelétrica se destina a atender à expansão das cidades e principalmente às demandas do crescente setor industrial.

Outra questão que merece destaque na redação do RIMA é a caracterização do espaço social da região a ser atingida pelo empreendimento. Segundo o relatório, a organização dos espaços sociais das populações que seriam atingidas se caracterizava pela:

presença de igreja, cemitério, salão comunitário ou pavilhão de festas e escola, além de equipamentos de lazer como churrasqueira e, mais eventualmente, cancha de bocha, campo de futebol e uma bodega [...] Os povoados existentes no entorno do reservatório são muito semelhantes e se compõem basicamente de alguns pontos de comércio, escola e às vezes, um posto de saúde, uma via principal calçada e redes de água, energia elétrica e telefonia instaladas [...] (IDEM: p.5.25)

Pelo relatório, poderíamos afirmar que a organização social da região atingida é *homogênea*, pois identifica as formas de ocupação e de viveres como algo facilmente encontrado em qualquer lugar da região. A impressão que fica é a de que ao demonstrar essa *homogeneidade*, propicia-se a construção de um argumento, cujo desaguadouro facilita a idéia do remanejamento desta população como algo *natural*, sem que seus espaços ambientais exercessem representatividades ou importância na constituição de suas subjetividades. Nesta lógica, a população atingida se acostumaria a qualquer lugar que tivesse uma igreja, um cemitério, um salão comunitário e certos espaços de lazer como campo de futebol e cancha de bocha.

No nosso entender, os cemitérios, as capelas, as canchas de bocha e as bodegas não são simples construções materiais na vida das pessoas, cujo valor se pode mensurar através de uma relação de compra e venda. Eram frutos de vários anos de trabalho comunitário, da união de objetivos comuns em que cada espaço representava também uma história.

O sentimento daqueles que tiveram suas propriedades inundadas não pôde ser inscrito no relatório técnico e científico que esquadrinhou, delimitou e especificou as comunidades e as organizações sociais dos moradores e suas construções. No RIMA aparecem fotografias de casas, com moradores na janela, na varanda ou na porta tomando chimarrão. Entretanto, o texto logo abaixo ou as legendas que explicam as características da fotografia não falam do morador, apenas

do material de que é feita a casa. “A maior parte das casas da área diretamente afetada tem estrutura, paredes e pisos em madeira, cobertas com telha de barro do tipo francesa”. (IDEM: p.5.42)

Já nas experiências narradas pelos moradores atingidos pela UHE Salto Caxias outras questões são estabelecidas. Essas narrativas nos foram proporcionadas com o trabalho de campo da História Oral. As relações que as pessoas tinham com aquele espaço possibilitam a percepção de que outros aspectos deveriam ser levados em conta nas análises sobre os impactos causados pela construção desta UHE. São outros olhares lançados sobre o mesmo território, cujos significados se estabelecem a partir de outros valores e outras relações com o espaço. As questões subjetivas, as memórias ligadas ao rio ou às relações entre os moradores não entram na objetividade material de valores que uma possível indenização substitua. Um fator, que até então, não era levado em conta até mesmo pelos atingidos passa a agregar o conteúdo de suas lutas: as relações históricas entre o ser humano e o meio ambiente. Um meio ambiente entendido como um espaço de relações com a natureza (rios, serras, pedras, florestas e animais em interação), com a cultura (bosques, pomares, capelas, casas) e com a sociedade (vizinhos, parentes, donos de venda).

A fala do Senhor Severino, morador da localidade de Santa Genoveva, situada no Município de Três Barras do Paraná, nos dá uma idéia referente às primeiras notícias sobre a construção da UHE Salto Caxias

...isso há muitos anos atrás, uns 30 anos, quando eu era proprietário de um alqueire e meio de terra, lá onde que saiu a barragem... Já estavam fazendo perfuração naquelas lajes e entrevistas com o povo sobre a barragem do Salto Caxias. Só que ninguém acreditava e daí o fazendeiro foi atropelando o povo de lá, comprando, trocando, e eu de lá vendi pro fazendeiro. Com aquele dinheiro eu comprei cinco alqueires lá em cima de onde fui desapropriado.

A presença de técnicos realizando a “perfuração naquelas lajes” e entrevistando o povo já era uma realidade vivida há muito tempo pelos habitantes daquela região tão próxima ao Rio Iguaçu. Entretanto, o povo não acreditava que seria possível e, neste necessário “desacreditar”, continuaram suas vivências naquelas terras. Não acreditar numa obra destas significava a própria condição de vida, pois, as pessoas não admitiriam viver com a certeza de que um dia tudo que estavam construindo poderia ser tragado pelas águas. Assim, esses ribeirinhos puderam construir e estabelecer vínculos com aquele território, com aquele Rio, com aqueles espaços.

Assim como as águas do Rio Iguaçu, a vida destes moradores seguiu seu curso. Entretanto, os estudos estavam realizados, os planos já traçados e, enquanto a vida cotidiana se estabelecia o tempo da construção se aproximava. De vez em quando, os moradores estranhavam a presença de helicópteros e aeronaves “voando baixinho”, mas no “corre-corre”

diário essa era apenas uma oportunidade para as crianças verem bem de pertinho as máquinas admiradas em livros e revistas. Na verdade as aeronaves conduziam os técnicos que realizavam estudos aerofotográficos relativos à área em questão, mas disso os moradores não desconfiavam, porque também não tinham informações suficientes para tal.

A notícia da construção da Hidrelétrica chegou ao conhecimento dos moradores às cidades pelas rádios, pelos fazendeiros, pelos sindicatos. De um modo geral a população ficou incrédula diante do conteúdo da notícia. Nesse momento, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se tornam o espaço de divulgação, pois, na região, esse órgão era o que mais agregava o pessoal do campo e, não por acaso, desfrutava de maior credibilidade junto a grande parte dos moradores da região. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais representava para os pequenos agricultores um espaço de segurança e confiança, pois era por ele que muitas vezes conseguiam resolver seus problemas de saúde e seguridade social. Nestes primeiros momentos de notícias o Sindicato, na pessoa de seus líderes – ou presidentes como eram chamados aqueles que eram eleitos para liderar – foi o responsável pela transmissão da notícia de que a usina seria mesmo construída.

Antes mesmo da redação dos Estudos de Impacto Ambiental, das entrevistas por parte dos empreendedores, a notícia já chegava a alguns moradores. Essa realidade da construção introduziu novos sentimentos aos habitantes da região. Aquele lugar onde viveram durante tantos anos desapareceria sob as águas do futuro “lago”. Neste sentido a fala da Senhora Margaret Maran Nunes nos possibilita ter uma idéia do que estava acontecendo naqueles primeiros momentos e o que as pessoas sentiam ao pensar que tudo seria engolido pelas águas.

No início a gente não tinha nada mais elaborado. O pessoal que se preocupava, “não, mas a minha mãe tá enterrada no cemitério aqui”, “meu Deus eu plantei árvore, eu cheguei aqui, nunca sai desse lugar, eu nasci aqui, já estou com 30 anos e nunca sai.” Então tinha esse tipo de preocupação mesmo. Na comunidade, naquele momento, discutia-se isso, mas também tinha a preocupação de que a gente precisava se organizar nas outras comunidades pra poder enfrentar.

Nesta fala podemos refletir sobre dois aspectos, o dos sentimentos e significados atribuídos ao espaço onde habitavam e à necessidade de se organizar. Pelo recorte que estamos fazendo para esta comunicação nos deteremos apenas no primeiro aspecto. Buscamos discutir os significados das expressões “plantei árvore”, “nasci aqui”, “minha mãe está enterrada aqui”, “tenho trintas anos e nunca sai”.

A preocupação de Margaret nesta entrevista era a de estabelecer certa conexão com o nascimento de um movimento social muito atuante nos embates contra a construção da

barragem e nas posteriores negociações por indenizações, a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI). No entanto, a gênese dos sentimentos de luta está enraizada nos sentimentos de ligação àquele território. As conseqüências inevitáveis da instalação da Hidrelétrica fortaleceram as representações das experiências vividas às margens do Rio e possibilitou um trabalho da memória.

Esse amalgama de situações, as de um passado vivido nas proximidades de um Rio e as de um presente marcado pela possível inundação, fez emergir diversos perfis quanto à postura que deveriam adotar frente ao governo. Isso nos mostra a incerteza política de setores e a convicção de outros quanto à necessidade de estabelecer o enfrentamento na defesa da cultura do local. O espaço delimitado para a construção da usina representava muito mais do que algumas propriedades rurais. Nesta fala percebemos a emergência de uma cultura pautada nas relações com um espaço historicamente constituído, fala de uma identidade de quem nunca morou noutra local. Note-se que no discurso de Margaret, os atores sociais não falavam de lavouras, de pastagens ou de bens materiais mensuráveis que pudessem ser objeto de possíveis indenizações. Pelo contrário, o ponto alto dos discursos das pessoas nos mostra emoções relativas ao lugar de habitação, de interações com o espaço, até de árvores plantadas, mas numa dimensão de edificação efetiva do lugar. O espaço a ser inundado fora construído culturalmente por eles e nesta dimensão era uma perda irreparável. Essas pessoas falavam de um ambiente que representava sua própria história de vida, um local onde plantaram árvores, onde nasceram e enterraram seus mortos. São narrativas que nos mostram que além do material, estão as relações sociais com aquele espaço que aparecem com uma força maior até que a necessidade de se organizarem.

O choque entre interesses e visões relacionados a um mesmo território forneceu subsídios à percepção de uma disputa por reconhecimento. De um lado a COPEL, aqui representada pelo olhar produtivista transparente nos estudos de impactos ambientais que não tiveram outra intenção a não ser legitimar e viabilizar a obra. Do outro os atingidos, cujos sentimentos ligados a um território fizeram emergir uma postura de resistência ao empreendimento e empreendedores. A partir daí, toda uma gama de conflitos se desenvolveu na luta por direitos, como em quase todos os processos de construção de hidrelétricas no Brasil a partir dos anos 1980.

A utilização do RIMA como fonte para esta pesquisa nos possibilitou ler nas entrelinhas do relatório os diversos olhares lançados sobre a população que habitava as margens do Rio Iguaçu. No entrecruzamento dos dados do relatório com as fontes orais foi

possível apresentar algumas contribuições à discussão sobre impactos ambientais, principalmente, a inserção das memórias e das representações sociais do meio ambiente.

Neste trabalho percebemos que as relações das pessoas com determinados espaços possibilitam a inscrição de outros aspectos nas análises sobre os atingidos por barragens. As questões subjetivas, as memórias ligadas ao rio ou às relações entre os moradores não entram na objetividade material das reflexões do EIA/RIMA e, conseqüentemente, na avaliação dos impactos que a hidrelétrica traria aos moradores da região de Salto Caxias. Ironicamente assistimos à população ser citada como objeto de estudo do EIA/RIMA, porém, suas culturas e representações relativas ao espaço foram ignoradas plenamente por ocasião da elaboração do laudo que definia os fins dados à população; logo o estudo propriamente relativo à população visava antes de tudo acumular conhecimentos sobre suas práticas de cultivo da terra e área produtiva, visando desqualificá-las, consolidando argumento quanto à justeza da obra, compreendendo a inundação da área.

Por entender que o EIA/RIMA é um documento prévio e veículo poderoso para a aprovação e licenciamento de qualquer obra por parte dos órgãos ambientais, esta pesquisa buscou contribuir para as análises deste documento ao longo de uma experiência específica: a de Salto Caxias, nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná entre os anos de 1990-2001. Além disso, inscrever em linhas gerais, como os sentimentos das populações locais estão sendo retratados em tais estudos a fim de que, o silêncio destes relatórios não “abafe” os conflitos que há muito tempo se instalam nas regiões atingidas por barragens.

Fontes

Entrevistas

Severino Della Libera. **Entrevista**. Cascavel (PR), 12 de janeiro de 1999.

Margaret Maran Nunes. **Entrevista**. Cascavel (PR), 26 de fevereiro de 2000.

Impressos

INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. **Relatório de impacto ambiental**.

Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993, p.1.2.

Referências bibliográficas

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Iniciativas ambientais**. Curitiba: 03/10/2006. Disponível em:

<http://www.copel.com/pagcopel.nsf/docsap/980F1648A92B5E9E03256B7A00697BA5?OpenDocument>. Acesso dia 10/11/2006

KARPINSKI, Cezar. Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). **Dissertação de Mestrado**. Florianópolis: UFSC, 2007.